

# CONTAS FINANCEIRAS

## UM EXEMPLO DO PROCESSO DE HARMONIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTAS\*

*Márcio Silva de Araujo*

Departamento de Operações do Mercado Aberto do Banco Central do Brasil

Av. Presidente Vargas, 730, Centro, CEP 20071-001, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

e-mail: marcio.araujo@bcb.gov.br

**RESUMO** O processo de harmonização metodológica dos diversos sistemas de contabilidade existentes tem seu desfecho com a publicação do Sistema de Contas Nacionais, pela ONU e outros, em 1993. Essa busca pela harmonização com outros sistemas internacionais de estatísticas foi bem mais significativa do que nas versões anteriores, indicando uma trajetória de conciliação de objetivos por parte de diversos agentes que produzem estatística. Nessa direção, identificam-se questões de ordem metodológica nesse processo quando tratamos do caso das Contas Financeiras. Para o Brasil, podemos verificar que ainda caminhamos no sentido de incorporar a contabilidade financeira no sistema de contas preconizado pela ONU.

**Palavras-chave:** contas nacionais, matriz de fluxo de fundos

### FINANCIAL ACCOUNTS: AN EXAMPLE OF THE HARMONIZATION PROCESS IN ACCOUNTING SYSTEMS

**ABSTRACT** The process of methodological harmonization of the several existing accounting systems has climaxed in the System of National Accounts published by the United Nations and others in 1993. This search for harmonization with other international systems of statistics has proven far more significant than its former versions, pointing to a conciliatory path among the objectives of several statistics producing agents. Some methodological issues can be identified in this process in dealing with Financial Accounts. As for Brazil, we can see that it is still on its way to incorporating financial accountability into the accounting system proposed by the UN.

**Key words:** national accounts, flow of funds matrix

---

\* Agradeço ao prof. Fernando Carlos Greenhalgh de Cerqueira Lima pelos comentários e sugestões indispensáveis ao desenvolvimento deste trabalho. Naturalmente, os erros e omissões que possam existir são de inteira responsabilidade do autor. Adicionalmente, as opiniões apresentadas no texto não refletem, necessariamente, o ponto de vista do Banco Central do Brasil.

## INTRODUÇÃO

A estrutura das economias nacionais transformou-se durante os 25 anos posteriores à publicação do Sistema de Contas Nacionais (SCN) de 1968. Juntamente com essas mudanças, novos problemas foram incorporados na formulação da política econômica de diversos países. Como exemplos, temos a inflação tornando-se um problema central de política; ou a mudança no papel dos Governos, em particular nos países que passaram por transição para economia de mercado. Paralelamente, as atividades no setor de serviços adquiriram cada vez maior importância, em especial aquelas relacionadas às áreas de comunicação e informática. As instituições financeiras e os mercados também se tornaram mais sofisticados, com o incremento no número e na complexidade dos instrumentos financeiros.

A incorporação das Contas Financeiras no SCN deriva não apenas da necessidade de estudo dos fluxos financeiros das economias integrados às Contas Nacionais, mas também de um processo anterior de integração de sistemas de contas. No contexto do SCN, a denominada Matriz de Fluxo de Fundos (MFF) pode ser definida através do conjunto das Contas Financeiras e de Capital, onde os respectivos saldos são contrapostos, conforme podemos verificar na tabela 1.<sup>1</sup>

Ao longo desse processo de construção do SCN, podemos observar a convergência de três trajetórias distintas de sistemas estatísticos: os sistemas associados à contabilidade nacional; a contabilidade feita conforme recomendação do FMI; e a de Tabela ou Matriz de Insumo-Produto (MIP) e de Fluxo de Fundos (MFF). A inclusão da MIP e da MFF na estrutura do SCN de 1968, conforme mostra a figura 1, assim como a ativa participação do Fundo Monetário Internacional (FMI) na elaboração do SCN de 1993, procurando pontos de ligação entre os respectivos sistemas, confirmam essa direção.

De um modo geral, verifica-se que as Contas Nacionais dos países mais avançados, assim como os sistemas regionais, convergem para um único sistema: o SCN de 1993, com a incorporação da MFF, dentro das Contas Econômicas Integradas (CEI, incluindo as Patrimoniais), e das MIP, transformadas nas Contas de Recursos e Usos.<sup>2</sup>

No caso brasileiro, o IBGE<sup>3</sup> procura seguir os desenvolvimentos metodológicos dos países de ponta, tendo adotado a última versão do SCN. Tomando por base que o Banco Central do Brasil (Bacen) adota a metodologia pre-

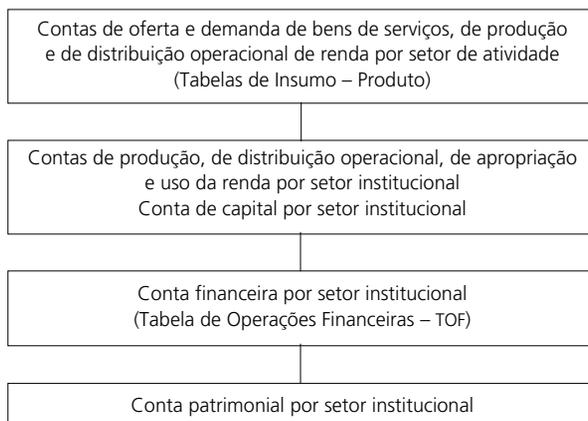
**Tabela 1: SCN – Seqüência de contas de fluxos dos setores institucionais**

		<b>USOS</b>	<b>RECURSOS</b>
		CONTA DE PRODUÇÃO Consumo intermediário <b>Valor adicionado bruto (PIB)</b>	Produção
		CONTA DE RENDA Consumo final <b>Poupança bruta</b>	<b>Valor adicionado bruto (PIB)</b> ( – Renda líquida recebida do exterior – Transferências unilaterais líquidas = Renda nacional disponível bruta)
<b>MATRIZ DE FLUXO FUNDOS</b>		CONTA DE CAPITAL Formação bruta de capital fixo Variação de estoques <b>Capacidade (+) Necessidade (-) líquida de financiamento</b>	<b>Poupança bruta</b> (+ Saldo em transações correntes [Poupança externa])  = Variações no PL resultantes de poupança e de transferências de capital)
		CONTA FINANCEIRA – TOF Variação de ativos  Meios de pagamento internacionais Meios de pagamento nacionais Depósitos não monetários Títulos de renda fixa Títulos de renda variável Empréstimos e financiamentos Créditos comerciais Provisões técnicas de seguros	Variação de passivos  Meios de pagamento internacionais Meios de pagamento nacionais Depósitos não monetários Títulos de renda fixa Títulos de renda variável Empréstimos e financiamentos Créditos comerciais Provisões técnicas de seguros  <b>Capacidade (+) Necessidade (-) líquida de financiamento</b>
		CONTA DE VARIAÇÕES DO PATRIMÔNIO Variação de ativos não financeiros • Ativos produzidos • Ativos não produzidos  Variação de ativos financeiros	Variação de passivos  Variações do patrimônio líquido • Variações do PL resultantes de poupança e de transferências de capital • Variações do PL resultantes de correção monetária • Outras

Fonte: Araujo (1998, 2001).

conizada pelo FMI para a construção de sua contabilidade financeira e de balanço de pagamentos, pode-se prever uma futura integração dessa contabilidade divulgada pelo Bacen com a metodologia proposta no SCN, em sua última versão.

Os tópicos seguintes deste artigo desenvolvem-se procurando explicitar essa trajetória de harmonização dos diversos sistemas, tomando por refe-

**Figura 1: SCN 1968: sistema completo**

Fonte: Araujo (1998, 2001).

rência a contabilidade financeira. As questões metodológicas explicitadas no próximo item ajudam-nos a compreender as dificuldades que surgem quando se pensa na harmonização de critérios e procedimentos para esse tipo de contabilidade. O processo de revisão do SCN de 1968 e a preparação do SCN de 1993 são apresentados em seqüência, destacando o papel de *benchmark* dos sistemas de contas francês e europeu nessa etapa. A contabilidade do FMI é outra referência necessária quando se discute sua relação com o SCN. O caso brasileiro é tratado ao final do trabalho, com destaque para os papéis do Bacen e do IBGE nesse processo. A idéia central é a de que se caminha para um sistema-padrão internacional, com o Brasil acompanhando esse desenvolvimento. A compatibilidade entre informações produzidas e divulgadas no país e a possibilidade de comparação com dados de outras partes parecem justificar o engajamento dos produtores de estatística brasileiros.

## 1. QUESTÕES METODOLÓGICAS

A construção de um sistema contábil que incorpore fluxos financeiros traz, *per se*, dificuldades e dúvidas de ordens diversas. Daí pode-se inferir o desafio de tornar compatíveis diferentes sistemas contábeis que tragam esse tipo de informação. O caso das Contas Financeiras, com a explicitação de consi-

derações metodológicas, deve nos permitir avaliar esse caminho e seus possíveis ganhos.

Por outro lado, se o SCN fornece uma metodologia comum, de modo a tornar compatíveis as estatísticas dos diversos países no maior grau possível, isso não implica que os países devam ser capazes de fornecer o conjunto completo de informações que o sistema abarca. Além disso, as características específicas de cada economia podem fazer com que a ênfase sobre a forma de se apresentarem os diversos fluxos ocorra de formas distintas.

Podemos listar inicialmente algumas questões que afetam a forma de se conduzir a metodologia do sistema, no desenvolvimento da MFF. Estão entre elas:

- (a) a adoção ou não de um modelo teórico *a priori* na elaboração da contabilidade financeira;
- (b) os problemas associados à valorização dos haveres financeiros;
- (c) o tratamento dos fluxos (líquidos ou brutos?);
- (d) a setorização adotada;
- (e) os tipos de instrumentos financeiros considerados.

### **1.1 A adoção de um modelo teórico**

A forma de tratamento e apresentação dos dados financeiros não está condicionada apenas à forma ótima para sua utilização, qualquer que seja o enfoque teórico adotado. A viabilidade prática de obtenção da MFF também deve ser considerada, em especial quando se deseja um grau elevado de detalhamento do sistema. Esta é uma questão de fundo que está presente em todos os pontos apontados anteriormente.

Abordando a primeira questão levantada, Neuhaus (1977) observou, a partir de um levantamento de estudos sobre as Contas Financeiras de diversos países, a existência de dois tipos de matrizes: as “abertas”, em que não se adota vinculação com qualquer modelo ou teoria financeira explícita, com os dados agrupados por categorias; e as “precondicionadas”, em que a contabilidade financeira é elaborada a partir de hipóteses teóricas explícitas, ou visando à análise de problemas econômicos específicos.

As matrizes dos Estados Unidos e Canadá enquadram-se no primeiro caso, do tipo “aberto”. Embora essa dicotomia tenha perdido um pouco de relevância, na medida em que o SCN se consolida como um sistema aberto,

é importante o registro de como a apresentação das informações pode ser determinada pelo enfoque teórico que se adote.<sup>4</sup>

Nessa mesma linha, Issoulié (1988), ao discutir o uso da TOF pelas autoridades francesas, defende o uso de uma Tabela de Financiamento da Economia (TFE), de fato uma TOF mais detalhada.<sup>5</sup> A TFE seria mais adequada para o caso de uma economia com financiamento baseado em crédito (*économie d'endettement*), como a francesa, do que a TOF, que descreve um equilíbrio estabelecido simultaneamente sobre um conjunto de mercados entre os quais não aparece nem separação, nem hierarquia. Neste sentido, a TOF estaria mais adequada às economias anglo-saxônicas (Estados Unidos e Inglaterra), nas quais o mercado de capitais desenvolve um papel mais relevante no financiamento da economia.

### **1.2 Valoração de ativos financeiros e tratamento dos fluxos**

Outra questão centra-se nos problemas de valoração de haveres financeiros. Isso decorre do fato de certos haveres poderem ser registrados de maneira diversa, conforme se considere a ótica do setor detentor ou emissor. Geram-se assim discrepâncias no registro contábil desses fluxos medidos a partir de estoques.<sup>6</sup>

O *timing*, momento em que se registra a transação, é um elemento que pode gerar discrepâncias no registro entre setores emissores e detentores de haveres. Nessa categoria enquadram-se: (i) elementos de *float*, ou seja, diferenças de sincronização no lançamento de uma operação que, em princípio, será registrada pelo mesmo valor tanto pelo credor como pelo devedor; e (ii) diferenças de ótica entre transações pertinentes às Contas Nacionais, computadas sob o regime de competência, e as transações financeiras, sob o regime de caixa.

Outro ponto de discussão refere-se ao tratamento dos fluxos de modo bruto ou líquido. Transações em ativos e passivos financeiros durante um período contábil podem ser registradas de acordo com várias gradações de *netness*. Pode-se optar por fluxos brutos em que as aquisições e disposições de cada ativo financeiro e as emissões e resgates de cada obrigação, por unidade econômica, são mostrados. Por outro lado, certas categorias podem ser tratadas de forma líquida em vários graus:

- (a) compensação dentro da mesma categoria (tipo de instrumento) e da mesma natureza (ativo/passivo) da operação;

- (b) compensação de uma dada categoria de ativos contra a mesma categoria de obrigações;
- (c) compensação de uma categoria de ativos contra obrigações de outra categoria.

O grau de *netness* depende das particularidades contábeis adotadas pelo analista financeiro, cuja discussão deve estar associada aos custos e benefícios das várias possibilidades. Entre os motivos para um tratamento mais detalhado dos fluxos financeiros estão:<sup>7</sup>

- (a) Precisão contábil, aumentando a qualidade dos dados dos fluxos líquidos.
- (b) Análise de tomada de decisões, na medida em que o grau de controle dos agentes econômicos sobre as fontes de fundos é distinto do que eles exercem sobre seu uso. Assim, as decisões de poupar, ou de gastar, poderiam ser mais bem analisadas.
- (c) Integração de fluxos reais e financeiros. Neste caso, os fluxos líquidos tenderiam a obscurecer certas relações de comportamento entre variáveis reais e financeiras.
- (d) Análise de mercados financeiros. Fluxos líquidos tenderiam a obscurecer variáveis relevantes como as modificações nos prazos de maturidade dos títulos, diferenças entre resgate de títulos por vencimento ou por decisão discricionária, entre outras.

A experiência da maioria dos países revela uma apresentação de matrizes com um grau bastante elevado de *netness*. A matriz inglesa chega ao extremo de computar, para cada setor, uma única coluna com fontes líquidas (fontes-usos) de fundos. A matriz americana também apresenta, em geral, fluxos líquidos:

Todas as transações financeiras entram nas contas em uma forma líquida particular: vendas de ativos por um setor entram como usos negativos dos fundos — deduções das compras do mesmo tipo de ativo — enquanto os reembolsos de dívidas entram em fontes, como deduções de novos empréstimos do mesmo tipo tomados. (FED, 1970, p 1.36)

Na França, o INSEE<sup>8</sup> apresenta os fluxos de reembolso — em que estão explícitas as quitações das dívidas das empresas junto aos bancos — apenas para as operações de longo prazo (obrigações e empréstimos). Fora essas operações, o critério adotado pelo *Sistema Élargi* é o de retratar apenas os fluxos líquidos.<sup>9</sup>

### **1.3 Setores institucionais e instrumentos financeiros considerados**

O critério de setorização a ser adotado é outro tema passível de dúvidas. A homogeneidade das transações que integram cada setor é, em geral, o principal critério. Contudo, procura-se preservar o maior grau de compatibilidade entre a setorização da MFF e a das contas nacionais, permitindo integração entre fluxos reais e financeiros.

Outro princípio fundamental de setorização é o de que os ativos sob um único controle não devem ser separados entre dois ou mais setores. É o caso, por exemplo, das empresas familiares e das entidades agrícolas, em que este princípio apresenta conflito com o da homogeneidade. O problema é contornado pela adoção de convenções como, por exemplo, a de incluir as empresas familiares no setor família, sacrificando, contudo, a precisão de conceitos.<sup>10</sup> No SCN de 1993, a título de exemplo, é feita uma divisão das chamadas Sociedades Financeiras em seis grupos (ONU, 1993):

- (1) Banco Central
- (2) Sociedades de depósito monetário
- (3) Outras sociedades de depósito
- (4) Outros intermediários interfinanceiros
- (5) Auxiliares financeiros
- (6) Sociedades de seguros/ Fundos de pensões

A classificação de instrumentos financeiros incluídos na MFF também deve obedecer a critérios gerais, em especial os de homogeneidade e o de importância das transações incluídas em cada rubrica.

No que tange à homogeneidade, busca-se agrupar ativos que se assemelhem quanto à liquidez, ao prazo de vencimento, ao setor de emissão, ao objeto de financiamento, à cotação ou não em Bolsa, à subscrição voluntária ou compulsória etc. Contudo, na prática, a classificação dos instrumentos envolve algum grau de arbitrariedade, na medida em que os critérios mencionados nem sempre permitem uma clara definição do instrumento para efeito de classificação.

Não é também clara a opção pelo grau de abertura a se adotar na construção dessa contabilidade. A defesa da apresentação da Matriz de forma mais detalhada deve levar em conta os custos associados, em especial o tempo necessário para a produção e divulgação das informações. Embora um detalhamento ainda maior da TOF seja justificado por Issoulié (1988),

quando de sua defesa do uso da TFE pelas autoridades francesas, cabe avaliar essa possibilidade caso a caso. Por outro lado, um enfoque teórico que requisite um tratamento metodológico compatível e específico deve compensar, também, os custos associados. Observa-se que a tendência dos desenvolvedores do SCN foi a de adotar, como base, matrizes do tipo “abertas”, conforme definidas por Neuhaus (1977).<sup>11</sup>

Mesmo com critérios e abordagens distintos, associados à forma de tratamento dada a alguns dos pontos levantados neste item, os sistemas estatísticos possuem uma trajetória de harmonização, conforme se verá a seguir.

## **2. A REVISÃO DO SCN DE 1968 E A DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS PARA O SCN DE 1993**

Ao avaliarmos as questões envolvidas no desenvolvimento da contabilidade financeira, podemos ter uma idéia da dificuldade em se montar um sistema que incorpore não apenas as Contas Financeiras, mas também outros componentes do sistema, considerando em particular a necessidade de harmonização de sistemas.

A publicação do *Système Élargi de Comptabilité Nationale Français*,<sup>12</sup> em 1976, é uma referência importante no processo de revisão do SCN de 1968, antecipando muito do que seria proposto no SCN de 1993.

O enfoque sobre usos e recursos dos agentes (setores institucionais) em cada uma das contas do sistema, por tipo de operação, fornece uma visão ampla e rica de todo o sistema econômico. Desse modo, uma conta pode ser definida como o cruzamento de uma nomenclatura de operações, ou de tipos de ativos, e outra de grupo de unidades. O *Tableau Economique d'Ensemble* (TEE) apresentado no SECN é uma contribuição importante para o sistema contábil, sendo o seu correspondente no SCN as Contas Econômicas Integradas. De fato, o enfoque dimensional operações *versus* unidades é bastante explorado pelo SCN.

Após o desenvolvimento de sistemas como o SECN e o SCN, a Comissão de Estatística das Nações Unidas começou, no início de 1981, um trabalho com o fim de clarear e atualizar objetivos para a reunião que se realizaria em 1983. Em março de 1982 convocou-se outro grupo de especialistas para rever o desenvolvimento do SCN.

Identificaram-se questões ligadas à clareza e à atualização do SCN, e também à harmonização com sistemas estatísticos conexos, tais como o balanço de pagamentos ou as classificações das atividades. Propôs-se assim, em 1983, a criação de um grupo permanente para levar adiante os estudos. Esse grupo foi constituído em 1986, mas não se adotaram modificações no SCN de 1968.

Vanoli (1991) aponta razões para esse atraso no processo de revisão, de seu início de fato, em 1983, até sua publicação, em 1993. Em primeiro lugar,

**Figura 2: SCN de 1993 – Representação da estrutura central**

<b>Contas econômicas integradas</b>
Setores institucionais e resto do mundo
x
Contas
x
Operações e outros fluxos
x
Ativos/passivos
<b>Quadro de recursos e de usos</b>
Contas de ramos de atividade por tipo de atividade econômica (...)
Contas de operações de bens e serviços por tipo de produto (...)
<b>Análise tridimensional</b>
<i>Transações financeiras</i>
Setores institucionais
x
Setores institucionais
x
Operações por tipos de ativos e passivos financeiros
<i>Existências de ativos e passivos financeiros</i>
Setores institucionais
x
Setores institucionais
x
Ativos/passivos financeiros
<b>Análise funcional</b>
Setores institucionais
x
Funções
x
Operações
<b>Quadros da população e do emprego</b>

Nota: "x" indica "classificação cruzada por".

Fonte: ONU (1993).

a lista de questões a serem consideradas era impressionante, por seu tamanho e complexidade. Não cabia também uma antecipação da revisão uma vez que muitos países, especialmente os localizados em regiões ainda em desenvolvimento, não tinham, no início da década de 1980, sequer adotado o SCN de 1968. As alterações poderiam perturbar a adoção do sistema ainda em curso. Por outro lado, novas questões surgiam, tornando também necessárias novas discussões.

Os pontos para debate eram: (i) taxas elevadas de inflação em numerosos países; (ii) a crise da dívida externa nos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD); (iii) a instalação de sistema de taxas de câmbio múltiplas; (iv) o aumento do subsídio ao consumo nos PVD e Países de Economia Centralizada (PEC); (v) a transformação dos sistemas financeiros e a multiplicação de inovações nessa área; (vi) as preocupações associadas ao meio ambiente; e, por fim, (vii) o surgimento de problemas com a passagem dos PEC para o sistema de economia de mercado.<sup>13</sup>

A crise financeira das Nações Unidas e o enfraquecimento de seu grupo de estatística fizeram com que fosse necessária uma colaboração mais estreita entre as principais organizações internacionais interessadas, constituindo-se um grupo intersecretariado da ONU, OCDE, CEE, FMI e BIRD. Esse novo arranjo permitiu não apenas um adensamento das discussões como também possibilitou uma harmonização maior das recomendações estatísticas.

Dentro desse contexto, Vanoli (1991) identifica quatro objetivos principais no processo de preparação do SCN de 1993: (i) permitir comparações entre as estatísticas nacionais; (ii) ser flexível, facilitando sua adaptabilidade a qualquer país; (iii) servir como quadro de coordenação entre as diversas fontes estatísticas; e (iv) permitir a harmonização de diferentes sistemas estatísticos.

No que se refere às comparações internacionais, o SCN é o sistema utilizado para comunicar às organizações internacionais ou supranacionais os dados das Contas Nacionais que respeitam um padrão, internacionalmente aceito, de conceitos, definições e classificações. Os dados obtidos são amplamente utilizados para comparações internacionais dos principais agregados, tais como o PIB ou o PIB *per capita*, e também para comparações sobre as estatísticas estruturais, tais como as participações de investimentos, de impostos ou despesas públicas em relação ao PIB.

Embora as organizações internacionais utilizem o SCN para poderem recolher dados sobre Contas Nacionais internacionalmente comparáveis, o SCN não foi criado para este fim. Tornou-se um sistema-padrão ou universal utilizado com pequenas ou nenhuma alteração pela maioria dos países do mundo para fazer face aos seus próprios objetivos nacionais.

Os institutos nacionais de estatística e os serviços da administração pública têm um interesse muito forte e fundamentado em garantir que o SCN satisfaça os seus próprios interesses de análise e de formulação de políticas, pelo que têm tido um papel ativo no desenvolvimento do Sistema.

Quanto à flexibilidade de desenvolvimento e utilização, o SCN foi concebido para ser suficientemente completo para que cada país, quaisquer que sejam sua estrutura econômica, sistema institucional ou níveis de desenvolvimento, possa selecionar as partes do Sistema consideradas mais relevantes e úteis de desenvolver, à luz de suas próprias necessidades e capacidades. O SCN pressupõe um desenvolvimento em que as contas e os quadros, classificações e divisões em setores não sejam considerados fixos. A utilização flexível das classificações não altera os conceitos e definições elementares do Sistema. Contudo, a flexibilidade pode ser levada mais longe através do desenvolvimento de Contas Satélites que estejam intimamente ligadas ao Sistema principal, mas que não são obrigadas a empregar exatamente os mesmos conceitos ou a restringir-se a dados expressos em termos monetários. As Contas Satélites pretendem cumprir determinados objetivos, tais como o acompanhamento da saúde da comunidade ou da situação do meio ambiente. Essas contas também podem ser utilizadas para a exploração de novas metodologias e para o teste de novos procedimentos contábeis. Esses procedimentos, quando integralmente desenvolvidos e aceitos, podem vir a ser absorvidos pelo Sistema principal no seu devido tempo, da mesma forma que o foram, por exemplo, a análise de entradas e saídas.

Um outro aspecto em que o Sistema pode ser desenvolvido com flexibilidade é através da apresentação dos dados das contas na forma de uma Matriz de Contabilidade Social, com o objetivo de melhor servir de análises específicas e necessidades políticas. Tais matrizes não devem ser construídas como se constituíssem sistemas diferentes, mas como formas alternativas de apresentar a massa de informação contida no Sistema, a qual muitos usuários e analistas consideram mais informativa e potente tanto para o acom-

panhamento como para a modelização do desenvolvimento econômico e social.

O Sistema também tem uma importante função estatística servindo como um quadro de coordenação para as estatísticas econômicas em dois sentidos diferentes: primeiro, como um quadro conceitual para assegurar a consistência das definições e classificações utilizadas em diferentes mas relacionados domínios da estatística; e, segundo, como um quadro contábil de referência para assegurar a consistência numérica dos dados provenientes de diversas fontes, tais como os censos junto à indústria e às famílias, as estatísticas de comércio e dados de outras fontes administrativas.

Finalmente, quanto à harmonização entre sistemas estatísticos diferentes, é preciso que os relacionamentos entre os sistemas estatísticos sejam o mais consistentes possível, em particular quando tratam de conceitos elementares, definições e classificações.

As Contas Nacionais têm sempre ocupado uma posição central nas estatísticas econômicas porque os dados provenientes dos sistemas mais especializados, tais como o balanço de pagamentos ou as estatísticas das forças de trabalho, têm de ser utilizados em conjunto com os dados das Contas Nacionais. A consistência entre os diferentes sistemas aumenta a utilidade analítica de todas as estatísticas envolvidas. A harmonização do SCN e dos sistemas estatísticos relacionados, tais como as estatísticas financeiras ou as estatísticas do balanço de pagamentos, foi uma das forças indutoras da revisão do Sistema.

As revisões dos outros sistemas estatísticos foram conduzidas em paralelo e em estreita articulação com a revisão do SCN, de modo a eliminar diferenças conceituais entre elas, para além de pequenas exceções que podem ser especificamente justificadas em termos das características especiais dos diferentes tipos de dados, ou dos requisitos específicos de diferentes tipos de usuários. A harmonização entre o SCN e os outros principais sistemas foi obtida através de alterações tanto no SCN como nos outros sistemas.

Graças ao envolvimento ativo do FMI na revisão do SCN, o processo de harmonização foi particularmente eficaz no âmbito das estatísticas do balanço de pagamentos, das finanças públicas, e monetárias e financeiras, nas quais o FMI tem sistemas próprios. As revisões de cada um desses três siste-

mas foram levadas à frente pelo FMI numa perspectiva não só de atualização dos mesmos, mas também objetivando torná-los, o mais possível, consistentes com o SCN.

### 3. O SISTEMA DE CONTAS DO FMI

Nesse caminho para a integração de sistemas de contas, a busca pela harmonização do sistema do FMI com o SCN reflete uma participação conjunta no desenvolvimento do SCN de 1993, conforme visto anteriormente. Para melhor entender esse processo, é interessante descrever sucintamente as características principais da contabilidade do FMI.

O Sistema de Contas do FMI compõe-se de três “subsistemas”, não integrados, que abrangem a contabilidade macroeconômica mais afeta à missão do FMI e são considerados relevantes para seus objetivos de política e enfoque teórico adotados.<sup>14</sup> São essas áreas: a de estatística de balanço de pagamentos (*Balance of Payments Statistics*, BOPS), a relativa às contas de governo (*Government Finance Statistics*, GFS) e a associada às contas financeiras (*Money and Banking Statistics*, MBS). Em que pesem as diferenças metodológicas entre esses sistemas e o SCN, trata-se de um sistema de estatísticas muito difundido e adotado por muitos países no mundo.<sup>15</sup>

A já citada participação de membros do Departamento de Estatística do FMI nas reuniões de avaliação e revisão do SCN de 1968 teve particular ênfase nas melhorias metodológicas associadas à questão da harmonização. Isso foi particularmente importante pelo fato de os principais sistemas estatísticos do FMI cobrirem em detalhes três grandes setores macroeconômicos do SCN.<sup>16</sup>

O manual de balanço de pagamentos do FMI (*Balance of Payment Manual*, BPM) teve sua primeira edição em 1948, sendo sua penúltima versão a de 1977.<sup>17</sup> Apesar de a relação entre os dois sistemas, o SCN de 1968 e a BOPS ser aparentemente clara, o apêndice C do BPM notava, então, a existência de muitos problemas práticos que desencorajavam a tarefa de harmonização. Contudo, o desenvolvimento do tratamento estatístico permitiu que esses dois sistemas fossem inter-relacionados. Com a publicação da última versão do BPM (FMI, 1993)<sup>18</sup> obteve-se significativo avanço na harmonização dos dois sistemas.

A publicação *A Manual on Government Finance Statistics* (GFSM) discute em detalhes as relações entre o GFS e o SCN,<sup>19</sup> fornecendo tabelas detalhadas de transição entre os dois sistemas.<sup>20</sup> As principais diferenças entre os dois sistemas estão (i) no regime de contabilização; (ii) na existência de interligação entre as contas, ou não; e (iii) na forma de classificação de taxas e subsídios praticados. Por sua vez, o manual para as transações financeiras (*A Guide to Money and Banking Statistics in International Financial Statistics*, MBSGuide) contém uma seção separada para identificar as relações entre o MBS e o SCN (FMI, 1984).<sup>21</sup>

Galbis (1991) observa que as inter-relações básicas entre os principais sistemas estatísticos, o do FMI e o SCN, são facilmente percebidas pela perspectiva das contas de fluxo de fundos (*Flow-of-Funds Accounts*, FOFA), que podem ser vistas como um componente mais amplo do SCN. Essas contas contêm um sistema fechado de fluxos financeiros entre agentes por tipo de transação financeira e também conecta os fluxos financeiros com os excedentes (poupanças líquidas) e déficit (empréstimos líquidos), sendo resultado das contas de produção (não financeira), renda e distribuição do SCN. Nesse sentido mais amplo do SCN, a FOFA apresenta-se como um sistema fechado de contas, uma vez que pode, no agregado, ser especificada por um conjunto completo de equações.

Ainda dentro desse enfoque amplo da FOFA, pode ser mostrado que os três sistemas do FMI correspondem a três macrossetores do SCN (Resto do Mundo, Governo e Financeiro). Os benefícios na harmonização do Sistema de Contas do FMI com o SCN estão na eliminação de diferenças metodológicas e da duplicação de esforços na compilação de dados estatísticos.

Para Dawson, o enfoque de integração dos três sistemas de contas do FMI deveria ser em direção à montagem de uma Matriz. Na medida em que os sistemas-padrão do FMI não são harmonizados, a articulação dessas contas nos diversos países fica mais difícil. Como horizonte, talvez, com o passar do tempo, “as vantagens analíticas de um enfoque de contabilidade social possam ser persuasivas em se mover em direção à harmonização: tudo considerado, os problemas com os quais o Fundo lida estão geralmente associados às inter-relações entre esses três setores” (Dawson, 1991, p. 396).

#### 4. CONTAS FINANCEIRAS: O CASO BRASILEIRO

A maior parte dos países que adotaram o sistema de Contas Econômicas Integradas (CEI) delegou aos seus Bancos Centrais o encargo ou a contribuição na elaboração das Contas Financeiras, ficando o órgão oficial de estatística responsável pelo desenvolvimento das contas do lado real da economia. O trabalho no tratamento das CEI no Brasil procurou seguir essa experiência internacional. Nessa divisão de tarefas, enquanto o Banco Central do Brasil (Bacen) seria o responsável pela contabilidade das Contas Financeiras e do balanço de pagamentos, caberia ao IBGE a tarefa de compilação, análise e divulgação das informações pelo lado real.<sup>22</sup>

O interesse por parte do Bacen pela construção de uma contabilidade de fluxo de fundos no país vinha desde a década de 1970, tendo tido uma atuação mais institucional a partir de 1987. De fato, a primeira tentativa de apuração de uma MFF no país foi feita por iniciativa do Bacen.<sup>23</sup> Essa primeira versão (Bacen, 1973) teve um caráter exploratório das possibilidades do novo instrumento. Foi dada ênfase à metodologia de agregação dos dados da economia por setores e por instrumentos financeiros, separados por seu grau de liquidez. Não se fez, contudo, a ligação das operações através das quais a transferência de recursos entre as contas de poupança e de formação de capital ocorre. Apesar da precariedade dos resultados, esse exercício permitiu a obtenção de indicadores e análise das relações financeiras entre os setores considerados para um período de 11 anos.<sup>24</sup>

Em uma nova tentativa, constituiu-se em 1976 um grupo de trabalho no Bacen com o objetivo de se avaliarem os problemas metodológicos para a montagem da Matriz.<sup>25</sup> Diversos estudos e notas sobre o tema foram produzidos dentro do escopo proposto (Bacen, 1977). Contudo, esse grupo foi desativado antes da montagem de uma matriz piloto, objetivo inicial.

Apenas em 1985, com a assessoria de consultores do INSEE, o assunto voltou à pauta do Bacen. O IBGE iniciava entendimentos com o Banco no sentido de este assumir a responsabilidade pela elaboração de séries anuais das Contas Financeiras das instituições de crédito e das transações com o exterior, bem como pela síntese das Contas Financeiras dos setores institucionais, através da construção e apresentação de TOF anuais. Firmou-se convênio entre o IBGE e o Bacen em novembro de 1987 no qual eram defi-

nidas atribuições e responsabilidades para as partes. Entre os objetivos estavam a produção de informações econômicas e a elaboração sistemática das Contas Financeiras dos setores institucionais integrados ao SCN. Buscava-se capacitar o corpo técnico brasileiro para a produção de um moderno sistema de CEI. Conforme se verificará, esse convênio não teve êxito nos termos que se propunha.

Apesar de, pela primeira vez, buscar-se a incorporação de uma metodologia de caráter oficial — patrocinada pela ONU e adotada por diversos países —, os resultados não foram os esperados. O encontro entre as contas reais e financeiras tinha que se construir de forma integrada, de modo a se manter a consistência das Contas Nacionais. A trajetória dos estudos da Matriz deveria ter dois balizamentos: o externo, permitindo a comparação com informações de outros países, e o interno, compatibilizando as Contas Financeiras, por parte do Bacen, com as contas reais, pelo lado do IBGE. Contudo, problemas de ordem operacional associados ao caráter ambicioso do projeto frustraram as expectativas de ambos os participantes.<sup>26</sup>

A dificuldade na obtenção completa de dados de anos anteriores, juntamente com as facilidades decorrentes da existência do censo industrial de 1985, fez com que se decidisse por tomar 1985 como ano inicial para a construção da MFF. Ela serviu de base para o aprendizado da metodologia adotada na França, cujo enfoque era inédito no Brasil. Entretanto, a existência de diversos sistemas contábeis para as instituições financeiras, somada à ainda incipiente informatização no tratamento dos dados, tornou a execução desse trabalho quase que artesanal.<sup>27</sup>

A construção das Contas Financeiras dentro do SCN de 1993 procurou compilar os dados das instituições financeiras e do setor externo com o objetivo de integrar essas informações à forma de apresentação da TOF. Como resultado, durante o período em que o convênio com o IBGE esteve de fato vigente, foram geradas TOF's completas, porém apenas para dois anos: 1985 e 1990. Ainda assim, dado o caráter provisório dos números produzidos, em virtude da não-consolidação final com as contas reais, não foi feita a divulgação dessa estatística.

Apesar dessa tentativa frustrada de montagem da estatística de fluxo de fundos no país, com a não-total integração entre Bacen e IBGE na produção das informações de fluxos financeiros, verifica-se que ambas as instituições

acabaram por incorporar a nova metodologia na produção de suas estatísticas: o IBGE, com a divulgação contínua da contabilidade nacional no novo sistema, e o Banco Central, que adotou recentemente mudança na metodologia de apuração do balanço de pagamentos.<sup>28</sup> A incorporação dos critérios de construção estatística do SCN de 1993 no restante da contabilidade do Bacen, em especial no tratamento das contas das instituições financeiras, pode vir a tornar a construção da MFF mais fácil, caso essa mudança de fato se efetive.

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recente revisão do manual de Contas Nacionais das Nações Unidas (ONU, 1993) estabeleceu nova proposta explicitada em seu prefácio: apresentar um sistema de contas que, embora mantendo os fundamentos dos anteriores, fosse atualizado, flexível e harmônico. Atualizado, para acompanhar a evolução das economias nas quais inflação, mudanças no papel do governo, desenvolvimento das comunicações e da informática, maior complexidade das instituições e dos mercados financeiros e a crescente preocupação com o meio ambiente direcionassem a adaptação dos conceitos e as mudanças metodológicas. Flexível, para viabilizar sua aplicação tanto em economias que estão se tornando mais complexas quanto naquelas que estão experimentando outros tipos de mudanças como a passagem para a economia de mercado.

O debate acerca das questões metodológicas permitiu que se identificassem caminhos de conciliação para sistemas antes isolados. Mostra também a necessidade de adaptabilidade às necessidades específicas de cada país, sem a perda da propriedade de compatibilidade.

A harmonização do SCN e dos sistemas estatísticos relacionados — tais como as estatísticas financeiras ou as estatísticas do balanço de pagamentos — com outros sistemas internacionais de estatísticas foi uma das forças indutoras da revisão do SCN. Essa harmonização, a exemplo do Manual de Balanço de Pagamentos do FMI, foi bem mais significativa do que nos sistemas anteriores.

Pode-se prever que, em algum momento, essa trajetória de conciliação e harmonização de sistemas venha a levar nossos órgãos geradores de estatís-

ticas a aplicar metodologias de apuração que sejam universalmente aceitas. Poder-se-ia mesmo imaginar o SCN como um grande quadro de coordenação estatística para o Brasil, conforme objetivo geral do sistema de 1993.

Análises baseadas em fluxos financeiros necessitam de dados consolidados nessas bases. A despeito de sua evolução inicial, com trajetória distinta da contabilidade nacional tradicional, países como os Estados Unidos e a França conseguiram manter um acompanhamento permanente das estatísticas financeiras, entendidas dentro de um sistema contábil integrado.

No caso brasileiro, apesar de se ter procurado manter a contabilidade do país próxima ao estado da arte corrente, não se conseguiu gerar de modo contínuo a parte financeira do novo sistema. Se as trajetórias dos sistemas de contabilidade adotados pelo IBGE e Bacen parecem ser também convergentes no Brasil, verifica-se que ainda não há uma integração com as outras informações de natureza econômica geradas no país. A construção e a produção continuadas de uma MFF no país permitiriam a apresentação das estatísticas do sistema financeiro de forma integrada, em consonância com o novo SCN.

Quando adotou o SCN de 1993, o IBGE colocou o país *pari passu* com a evolução da contabilidade em Contas Nacionais utilizada nos países mais avançados, passando a dispor de um referencial central para seu sistema de contas. Seria de interesse para a harmonização dos sistemas de contas que as diversas metodologias se tornassem compatíveis com o que foi proposto pelo SCN de 1993, em especial se pensarmos em termos de comparação com as informações dessa natureza em outros países.

#### NOTAS

1. A parte financeira da MFF é também denominada Tabela de Operações Financeiras (TOF), e mostra detalhadamente os saldos de capacidade ou necessidade de financiamento dos setores por instrumento financeiro utilizado. Para uma apresentação mais detalhada da MFF, ver Araujo (2001).
2. Outras contas também compõem o chamado Quadro Geral do SCN, mas essas são as principais.
3. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão responsável pela construção e divulgação das Contas Nacionais no Brasil.
4. Conforme Nunes (1998), o desenvolvimento da contabilidade nacional moderna está associado à necessidade da nova visão teórica apresentada por Keynes. O SCN “foi

- concebido por Keynes como alternativa aos modelos de equilíbrio existentes e procurava mostrar a natureza instável do capitalismo” (p. 180).
5. Trata-se de um conjunto de quatro tabelas em que os saldos de capacidade e necessidade de financiamento dos setores credores e devedores são detalhados, com destaque especial para a intermediação financeira.
  6. Para os fluxos diretamente observáveis no mercado, não há maiores problemas — eles devem ser registrados pelos valores de transação em que se efetuaram.
  7. Sobre esse ponto, Mendelson (1962) apresenta as motivações para se manter um maior grau de *grossness*.
  8. INSEE: *Institut National de la Statistique et des Etudes Economiques*. Trata-se do correspondente francês do nosso IBGE.
  9. Para uma crítica a esse critério, ver Vallageas (1990). O *Système Élargi de Comptabilité Nationale Français* (SECN) é um marco para a Contabilidade Nacional da França, pois introduziu o país no Sistema Internacional, com a integração das Contas de Patrimônio. Curiosamente, a passagem do antigo sistema de contas francês ao SECN foi interpretada por alguns como um triunfo das influências estatizantes e socialistas e por outros como um avanço marcante do liberalismo internacional (Vanoli, 1991). Por parte dos outros países da Europa, havia a proposta do sistema regional: o SEC, Sistema Europeu de Contas Econômicas Integradas. A importância do *Sistema Élargi* no desenvolvimento do SCN de 1993 é destacada mais adiante.
  10. Os setores institucionais considerados pelo SCN são: S10 Empresas não Financeiras; S20 Instituições de Crédito e Financiamento; S30 Seguradoras; S40 Administrações Públicas; S50 Famílias; e S60 Resto do Mundo. O setor Famílias, com a função principal de consumo e cuja fonte de recursos está na remuneração do trabalho e em transferências (renda da propriedade ou transferências recebidas da administração pública), não conta com fonte de informação que permita a construção autônoma de suas contas que, por esta razão, são construídas a partir de informações dos demais setores. Como consequência, passa a incorporar unidades institucionais que escapam ao âmbito dos demais setores: unidades empresariais não sujeitas ao pagamento do imposto de renda (microempresas); instituições sem fins lucrativos servindo às famílias (na impossibilidade de obtenção de informações que permitam seu tratamento como setor institucional específico); e unidades de produção não constituídas como empresas (autônomas), pela impossibilidade de separação do seu patrimônio enquanto unidade de consumo e de produção. Para maiores detalhes referentes às especificidades dos demais setores, ver Araujo (1998).
  11. Deve-se salientar que o SCN de 1993 se propõe admitir as mais variadas leituras teóricas. Para a TOF é apresentada, inclusive, uma versão tridimensional batizada pelos seus formuladores franceses de *Qui-à-Qui*. Pode-se, com essa estatística, identificar o fluxo de financiamento por tipo de instrumento financeiro, assim como as pontas envolvidas (“de quem para quem e de que modo”). Uma descrição detalhada dessa versão encontra-se em Araujo (2001).

12. *Sistema Ampliado de Contas Nacionais Francês*. A referência adotada neste trabalho para o SECN é a do INSEE (1987).
13. De fato, foram necessárias 14 reuniões do grupo de peritos para a revisão do SCN (junho/86 a outubro/92).
14. Kumah (1991), sobre esse ponto, diz: “O enfoque monetário do balanço de pagamentos forma a base da estrutura da programação financeira do FMI, e tem sido aplicado nos trabalhos operacionais do Fundo em muitos países”.
15. Considerando o MBS, em seu conceito de moeda, tem-se um foco na relação entre as posições domésticas e externas das instituições bancárias. Ao fornecer um conjunto de agregados analíticos, facilita-se a integração das análises para moeda, crédito e balanço de pagamentos, o que permite uma interligação entre os setores acompanhados; e isso para mais de 150 países (Dublin, 1991).
16. Os dados correspondentes a esses três sistemas formam parte da principal publicação estatística do Fundo, o *International Financial Statistics* (IFS).
17. Correspondente à 4ª edição (FMI, 1977).
18. Esta última versão expandiu e reestruturou a cobertura dos fluxos e estoques financeiros e as transações internacionais de serviços. Em complemento ao Manual, o Fundo publicou mais dois documentos que servem de apoio à compilação de dados (FMI, 1995 e 1996).
19. FMI (1986), capítulo 5.
20. Também presentes em ONU (1988).
21. Trata-se de uma versão não publicada até então e citada como referência em Galbis (1991). A proposta de um manual para as estatísticas financeiras está em FMI (1993b).
22. Operacionalmente, cabe ao IBGE cuidar das informações relativas ao lado real da economia, dando prosseguimento aos trabalhos da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Uma descrição mais detalhada da evolução do trabalho em Contas Nacionais no Brasil, desde a segunda metade da década de 1940, está em Araujo (1998), cap. 4.
23. Cabe citar trabalho desenvolvido na SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito, que, já em 1955, propunha que a contabilidade nacional incorporasse o sistema de fluxo de fundos, cobrindo as estatísticas monetárias (Gomes Jr., 1955).
24. O período levantado foi de 1959 a 1969. Foram obtidos, inclusive, índices analíticos, entre os quais está o de relação entre os fluxos financeiros e o PIB. A título de ilustração, esse valor variou de 0,19 em 1960, para 0,25 em 1963, 0,17 em 1966 e 0,24 em 1969. Essas oscilações pareciam “refletir a própria anormalidade do período observado” (Bacen, 1973, p. 18).
25. Chamado de Grupo da Matriz, esse grupo foi inicialmente coordenado por Affonso Celso Pastore, substituído em abril de 1976 por Carlos Antônio Rocca. Faziam parte dessa equipe economistas do Ministério da Fazenda, da Fundação Getúlio Vargas (FGV–EPGE), da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), além daqueles do próprio Bacen.

26. Problemas em se informatizar uma ampla base de dados, juntamente com a dificuldade de produção não apenas da TOF, mas também de sua versão tridimensional — a *qui-à-qui* —, acabaram por desestruturar o grupo de trabalho.
27. Apenas em 1989, com a implantação de um único plano de contas para todas as instituições financeiras, o COSIF (Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional), tornou-se mais fácil o trabalho de apuração da Matriz. Contudo, o Plano Geral de Contas do Bacen (PGC) continuou separado.
28. A partir de janeiro de 2001, o Bacen passou a divulgar o balanço de pagamentos de acordo com a metodologia contida na 5ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos do FMI. Conforme já abordado, essa metodologia incorpora as recomendações propostas no SCN de 1993, tendo sido o FMI parceiro importante na revisão do Sistema de Contas Nacionais.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO, M. S. (1998) *Matriz de Fluxo de Fundos: uma proposta de leitura dos fluxos financeiros*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, set.
- \_\_\_\_\_. (2001) “Evolução e definição das contas financeiras no âmbito do Sistema de Contas Nacionais”. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 5, n. 1, p. 107-123, jan-jun.
- BACEN (1973) *Fluxo de Fundos na Economia Brasileira – 1959/1969 – estudo preliminar*. Banco Central do Brasil, boletim mensal, anexo especial, v. 9, n. 1, jan. (Participantes: J. P. G. Rocha, I. S. Carrara, J. G. S. Caldas e S. M. C. Barbosa.)
- \_\_\_\_\_. (1977) *Projeto Matriz de Fluxo de Fundos*. Ministério de Fazenda, Banco Central do Brasil, Fundação Getúlio Vargas – EPGE. Rio de Janeiro: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe, 4 v.
- DAWSON, J. C. (1991) “Flow-of-Funds Accounts, *A System of National Accounts*, and Developing Countries”. In: Vincent Galbis (org.), *The IMF’s Statistical Systems in the Context of Revision of the United Nations: A System of National Accounts*. IMF Statistics Department, p. 375-412.
- DUBLIN, K. G. (1991) “Principles of Valuation and Reconciliation Items in the IMF’s Money and Banking Statistics and a System of National Accounts”. In: Vincent Galbis (org.), *The IMF’s Statistical Systems in the Context of Revision of the United Nations: A System of National Accounts*. IMF Statistics Department, p. 505-519.
- FED (1970) *Flow of Funds Accounts – 1945-1968*. Washington: Board of Governors of the Federal Reserve System.
- FMI (1977) *Balance of Payments Manual, IMF Bureau of Statistics*. Fourth Edition. Washington.
- \_\_\_\_\_. (1984) *A Guide to Money and Banking Statistics in International Financial Statistics*. Washington: IMF Bureau of Statistics, unpublished.
- \_\_\_\_\_. (1986) *A Manual on Government Finance Statistics*. Washington: IMF Statistics Department.

- \_\_\_\_\_ (1993) *Balance of Payments Manual*. Fifth Edition, Washington: IMF Statistics Department.
- \_\_\_\_\_ (1993b) *Manual on Monetary and Financial Statistics – Annotated Outline*. IMF Statistics Department, August, 57 p.
- \_\_\_\_\_ (1995) *Balance of Payments Compilation Guide*, Washington: IMF Statistics Department.
- \_\_\_\_\_ (1996) *Balance of Payments Textbook*. Washington: IMF Statistics Department.
- GALBIS, V. (1991) “Introduction”. In: Vincent Galbis (org.), *The IMF’s Statistical Systems in the Context of Revision of the United Nations: A system of National Accounts*. IMF Statistics Department, p. xiii-xxvii.
- GOMES Jr., E. S. (1955) “Estrutura estatística para análise monetária”. *Boletim da SUMOC*, v. I, n. 3, nov.
- INSEE. (1987) *Système élargi de comptabilité nationale – base 1980 – methodes*. Institut National de la Statistique et des Etudes Economiques, les collections de l’insée, n. 549-550, serie C 140-141, Juin, 426 p..
- ISSOULIÉ, J. (1988) “La Contribution des Comptes Financiers a la Definition de la Politique Française”. Banque de France, note n. 88-28/2, Mars.
- KUMAH, E. O. (1991) “Monetary Concepts and Definitions”. In: Vincent Galbis (org.), *The IMF’s Statistical Systems in the Context of Revision of the United Nations. A System of National Accounts*. IMF Statistics Department, p. 427-441.
- MENDELSON, M. (1962) “The Optimum of Grossness in Flow of Funds Accounts”. *The Flow of Funds Approach to Social Accounting*, Nova York: NBER.
- NEUHAUS, P. (1977) “Matriz de Fluxo de Fundos – a experiência internacional”. *Projeto Matriz de Fluxo de Fundos*, v. 1, Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil, FGV-EPGE e FIPE.
- NUNES, E. P. (1998) *Sistema de Contas Nacionais: a gênese das contas nacionais modernas e a evolução das contas nacionais no Brasil*. Campinas: Unicamp/IE, maio Tese de doutorado.
- ONU. (1988) *Handbook of National Accounting. Public Sector Accounts. Studies and Methods*, serie F., n. 50, Nova York.
- \_\_\_\_\_ (1993) *System of National Accounts*. UE, FMI, OCDE, ONU, BIRD (SCN de 1993).
- VALLAGEAS, B. (1990) “Théorie des circuits et concept de flux: projet de réform de la comptabilité des établissements financiers”. *Economies et Sociétés, Monnaie et Production*, n. 6, fév., p. 75-87.
- VANOLI, A. (1991) “La révision du Système de Comptabilité Nationale des Nations-Unies (SCN)”. *Supplément au Courrier des Statistiques*, n. 58-59, oct.